

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

KATHLEEN FEITOSA DE CARVALHO

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

GOIÂNIA
2022

KATHLEEN FEITOSA DE CARVALHO

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Monografia elaborada para fins de avaliação do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da

Professora: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro.

GOIÂNIA
2022

Carvalho, Kathleen Feitosa

A Formação de Professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos/ Kathleen Feitosa de Carvalho. – Goiânia, 2022. 48 f.

Orientadora: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Licenciatura em Pedagogia, 2022.

Dedico este trabalho a minha família que me acompanhou durante minha jornada na graduação de Pedagogia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por não me deixar desistir do meu sonho amparando-me.

A minha mãe Regiane e ao meu pai Márcio presente nos momentos em que precisei de incentivo, de um abraço, de uma palavra amiga.

A minha mãe em especial, que esteve nos momentos em que conciliei estudos e trabalho e sabemos o quanto foi difícil e pelo orgulho de ter uma filha que iria ser professora, seu amor foi o mais importante, esse trabalho dedico a você mãe que fez parte da EJA e me instigou ir a pesquisa.

Ao meu namorado Layron pessoa fundamental neste processo, sempre ao meu lado, incentivando-me e apoiando-me em cada decisão.

Ao Colegiado de Pedagogia, pelas contribuições significativas na minha trajetória acadêmica e pessoal, em especial aos Professores Frederico e Nelson, que ministraram a disciplina de EJA e despertaram em mim motivação para realizar essa pesquisa.

À Professora Clélia Brandão, minha orientadora que me acolheu de braços abertos, como acadêmica, como amiga e acima de tudo como ser humano, obrigada.

O bom professor é aquele que se coloca junto com o educando e procura superar com o educando o seu não saber e suas dificuldades, com uma relação de trocas onde ambas as partes aprendem...”

Paulo Freire

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Kathleen Feitosa de Carvalho¹

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro²

RESUMO: Esse Trabalho de Conclusão de Curso sobre a formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos tem como objetivo compreender os fundamentos contemplados na formação de docente para atuação nessa modalidade de educação. A educação é uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela complexidade da modernidade, pelo processo de globalização. Assim, a educação é direito de todos, se estende a toda comunidade brasileira seja no período dos 6 anos aos 17 anos, mas também àqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade certa. Nesse sentido, as políticas públicas devem voltar os olhos para esses sujeitos, são homens, mulheres, trabalhadores/as empregadas/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; moradores urbanos de periferias, moradores rurais. São filhos, pais, mães. A pesquisa centrou-se em fontes bibliográficas, referenciais, documentos físicos, online e internet. Os temas contemplados partem da trajetória da educação de Jovens e Adultos em sua multidimensionalidade, sua relação com a educação popular e os movimentos sociais. Enfatiza a importância dos sujeitos com diversos perfis da EJA, identifica os princípios e critérios que devem ser contemplados na ação pedagógica, de formação de professor para modalidade de EJA, exigindo que a formação docente, complexidade social, política, pedagógica deve se desenvolver a partir da construção das relações dialógicas entre docente e discente, entre ensino e aprendizagem, buscando aproximar o conhecimento à realidade dos sujeitos, instigando-os a reconhecer a importância do estudo como direito social. Para tanto, a função do docente deve ir além do proposto, superando a mera alfabetização, promovendo uma relação de participantes aprendizes, todos aprendem e ensinam juntos, ambos, professor e estudante são detentores de diferentes conhecimentos. Identificar os princípios, critérios que devem ser contemplados na ação pedagógica de formação de professor para modalidade de EJA.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas, Formação de Professores.

1 Graduanda do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

2 Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Graduação em Pedagogia pela PUC Goiás. Doutoranda em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Portugal. Reitora da PUC Goiás entre 1994-2001. Presidente do Conselho Nacional de Educação de 2008 a 2010. Diretora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC Goiás de 2014 a 2015.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CERTIFIC	Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CES	Centros de Estudos Supletivos
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER	Campanha de Educação Rural
CPC	Centro Popular de Cultura
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EC	Emenda Constitucional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNEP	Fundo Nacional de Ensino Primário
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PAS	Programa de Alfabetização Solidária

PBA	Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRO JOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
(S.D)	Sem data
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIRENA	Sistema Rádio Educativo Nacional

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	7
SUMÁRIO.....	9
INTRODUÇÃO	10
1. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS	12
1.1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA MEDIADA PELA LEGISLAÇÃO DA ÁREA.....	12
1.2. A DIVERSIDADE DE SUJEITO DA EJA.....	24
2. O ENCONTRO ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	31
2.1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO POPULAR.	31
2.2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EJA	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

A presente investigação sobre o tema *A formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos*, busca reconhecer a identidade da EJA em seu contexto de realidade brasileira. Modalidade que atende uma população diversificada em idade, cujo objetivo para alguns estudantes são o de realizar o seu primeiro contato com a Escola, enquanto para outros é a sua segunda chance para concluir seus estudos, conseqüentemente, deve-se perguntar: para essa realidade que é tão antiga no Brasil, qual a formação do docente para atuar neste campo tão diverso e complexo? Partindo dessa problemática estabeleceu-se como objetivo dessa investigação compreender os princípios, os critérios que devem ser contemplados na formação docente para atuar na Educação de Jovens e Adultos. Os objetivos específicos caracterizam em conhecer a trajetória das políticas educacionais da Educação de Jovens e Adultos; identificar os diversos perfis de sujeitos que buscam a EJA em seu contexto social; demonstrar os princípios e critérios que devem ser contemplados na ação pedagógica de formação de professor para modalidade de EJA. Diante desse desafio

O papel do professor diante de jovens e adultos deve se desenvolver a partir da construção das relações dialógicas entre docente e discente, entre ensino e aprendizagem, buscando aproximar o conhecimento à realidade dos sujeitos, instigando-os a reconhecer a importância do estudo como direito social. Para tanto, a função do docente deve ir além do proposto, superando a mera alfabetização, promovendo uma relação de participantes aprendizes em que todos aprendem e ensinam juntos, ambos, professor e estudante são detentores de diferentes conhecimentos. Assim, a educação gera o respeito mútuo, o encontro democrático, afetivo, pois para Freire “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Além dos estudos sobre a realidade da EJA apresentada pelos pesquisadores, soma-se a minha vivência na EJA com minha mãe quando ela concluiu seu ensino médio, assim, a motivação pelo tema parte das minhas inquietações, entre elas, de identificar os fatores, princípios e critérios que devem ser contemplados na formação

de professor, para atuar na Educação de Jovens e Adultos. Essa motivação se faz mais presente quando situo o direito de todos à educação de acordo com a Constituição Federal de 1988 e busco identificar também em que lugar a educação dos jovens e adultos se encontra nas políticas públicas nacionais.

Nesta perspectiva essa pesquisa bibliográfica tem referências na análise qualitativa. Para fundamentação utilizou-se fontes secundárias como documentos, trabalhos acadêmicos, artigos, livros em base física e virtual. Considerando como norte o objetivo da pesquisa foram selecionados, entre outros os seguintes autores Miguel González Arroyo (2001b) (2006) (2015) (2016), Maria Margarida Machado (2008), Maria Clara Di Pierro e Haddad Sergio (2000), Vanilda Pereira Paiva (1983) (2003) e Núbia Nafaiete Ferraz Ferreira ([s.d.]). Brandão (2002), Paulo Freire (1987) (1996) (1997) (2018), Carrano (2007), Danilo Streck (2006), Reis e Rocha ([s.d]), Ecco e Nogaro (2015).

A pesquisa qualitativa aborda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e comportamento humano, os objetos de pesquisa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura. Considerando o exposto apresenta-se a estrutura dessa pesquisa. O capítulo primeiro apresenta a trajetória da educação de jovens e Adultos mediada pela história, pela legislação da área, bem como a identidade e a diversidade dos sujeitos da EJA. No segundo capítulo busca - se compreender a relação entre a educação de jovens e adultos com a educação popular e sua repercussão na formação de professores. Esse capítulo ainda estabelece os princípios, os critérios que devem ser contemplados na formação docente para atuar na Educação de Jovens e Adultos fundamentada na teoria pedagógica freiriana. Diante desse desafio essa pesquisa contribuiu para a reafirmação da importância do educador de Jovens e Adultos em contexto nacional de grande desigualdade social, de uma realidade histórico-social da educação, que em pleno século XXI não universalizou a educação básica. Fica para a escola, o desafio de cumprir a sua finalidade na garantia de concretizar o direito à educação escolar para todos.

1. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS

Essas diferenças podem ser uma riqueza para o fazer educativo. Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo possível. Quando só os mestres têm o que falar não passa de um monólogo. Os Jovens e Adultos carregam as condições de pensar sua educação como diálogo. Se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial. (Arroyo, 2016, p.35)

A Educação de Jovens e Adultos no século XXI não se consolida da mesma maneira que no passado. Atualmente expandiu no país o crescimento na modalidade de ensino, indica que o ensino regular não está bem. A modalidade é composta por diferentes sujeitos, que buscam a escola em um segundo momento da vida para alfabetizar-se e posteriormente conquistar melhores condições econômicas na vida.

Portanto, rever o percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é inevitável para a construção de um modelo educacional que atenda as demandas sociais, a fim de promover a qualidade e suprir as necessidades que perdura até os dias atuais.

1.1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA MEDIADA PELA LEGISLAÇÃO DA ÁREA

O Brasil é um país marcado por grandes desigualdades: social, econômica e educacional isso representa um cenário desafiador, que exige políticas públicas correspondente ao grande desafio de garantir à educação a todos. É neste contexto de grande desigualdade que insere a Educação de Jovens e Adultos (EJA), compromisso social antigo, mas que não materializa de acordo com os direitos humanos, no artigo 26º afirma que todos os seres humanos têm direito a educação gratuita (Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948).

O estudo sobre a EJA em sua trajetória mediada pela legislação pertinente e as políticas públicas são de fundamental importância para os profissionais que pretendem atuar no espaço público da educação, portanto deve-se iniciar puxando o fio da história, ou seja, pelo contexto da colonização no Brasil, com a chegada dos Jesuítas, que foram responsáveis por alfabetizar, catequizar tanto as crianças, como os adultos indígenas com a finalidade de propagar a fé católica, a educação.

Com o objetivo de percorrer a trajetória histórica da EJA, parte-se das constituições nacionais, a primeira Constituição proclamada em 25 de março de 1824

no período imperial sofreu influência europeia e dos princípios iluministas, outorgada por Dom Pedro I em 25 de março e afirma no art. 179, “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, incluindo a educação para adultos, mas o regime vigente imperialista considerava cidadania privilégio da elite econômica, excluindo dessa forma as mulheres, os negros, os indígenas.

O ato adicional de 1834 delegou as províncias a responsabilidade pela educação básica, porém foi reservado ao governo imperial a educação da elite, sendo assim foi excluída grande parte da população no processo educacional devido não ter sido redirecionado recursos financeiros para o objetivo traçado.

Em 1891 na Constituição republicana considerada o primeiro marco legal da República brasileira, descentralizou a responsabilidade pela educação básica das províncias e consagrando uma concepção de federalismo, a União assumiu maior presença no ensino secundário e superior, fortalecendo mais uma vez a formação da elite, além de apresentar retrocesso ao direito a educação, pois não garantia sua gratuidade e acesso ao ensino, porém para ter direito ao voto o cidadão necessitava de ser alfabetizado e segundo o censo de 1920 indicou 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta, Haddad e Di Pierro (2000) destaca que a Constituição preocupava com a formalização da educação básica e a formação de mão de obra barata que estavam surgindo no país para trabalhar nas indústrias.

Somente em 1940, a educação de adultos constituiu -se em um problema, uma preocupação para a política nacional, com as criações de Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) no ano de 1942 os Estados receberam auxílio financeiro para aplicar à rede física para qualificação de técnicos e do sistema, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA-1947) foi a primeira iniciativa governamental para a educação de jovens e adultos nas áreas urbanas e rurais. Segundo Paiva (2003, p. 208) a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), acreditava que o adulto analfabeto era totalmente incapaz comparado a um adulto alfabetizado, com os anos o voluntariado foi desaparecendo, contribuindo para o desfecho da campanha; em 1947³ surge a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) com o objetivo de capacitar professores para atuar em zonas rurais e ampliar o alcance da educação com a ideia de “civilizar o homem do campo”.

33 Segundo Ribeiro (1997), a EJA define sua identidade por meio da Campanha Nacional de Educação de Adultos, lançada em 1947, que pretendia uma alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses.

Em 1957, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) com poucos recursos, ficou conhecida como “Fábrica de eleitores”, isso para a educação era um ponto de vista errôneo, criou Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA) pelo governo federal, objetivando a criação de programas educativos transmitidos por emissoras de todo o país, considerou um dos projetos iniciantes da educação a distância, a CEAA mesmo com uma visão mais ampla de educação a campanha tinha por objetivo apenas a alfabetização e técnicas do trabalho. Nos anos de 1958 mais uma campanha intitulada Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) colocou em cena novamente novos recursos para combater o analfabetismo, distanciou das campanhas em massas e enfatizou nas escolas primárias como resolução do problema sobre analfabetismo, a fim de controlar o forte índice de evasão foi estabelecido como incentivo o salário móvel dos professores, ou seja, alterava de acordo com os índices de frequências e aprovações.

Na historiografia da EJA, a ausência dos movimentos educacionais e culturais provocou e dirigiu à atenção de vários educadores para a problemática do adulto analfabeto. Nesse período, destaca – se a presença de Paulo Freire com os ideais de uma educação conscientizadora e transformadora, que entre 1960 e 1964 influenciaram muitos educadores e educandos, ideais que se fazem presentes até os dias atuais. Os ideais materializaram em ação pelos Movimentos de Cultura Popular (MCP), da Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, do Movimento de Educação de Base (MEB), do Centro Popular de Cultura (CPC).

Diante da repressão desencadeada, a partir de 1964 pelo Golpe Militar no Brasil, os movimentos voltados para educação de adultos analfabetos, para cultura e para identidade da população brasileira nesse cenário de repressão os dos programas de educação foram suspensos, outra lógica política estava em andamento, dessa forma abre-se espaço para a criação em 1967 da educação técnico burocrática para jovens e adultos, intitulada como Movimento Brasileiro de Alfabetização conhecido até os dias atuais como MOBRAL, com objetivo da **erradicação** do analfabetismo até 1975 no Brasil. O MOBRAL se fez presente até 1985, com seu modelo de alfabetização funcional, desenvolvendo os conhecimentos incorporados através de técnicas de leituras, escritas e cálculos, acreditando que dessa forma os jovens e adultos integrariam à sociedade.

No que pese, o termo Erradicação ser considerado inadequado para expressar as causas de tantos jovens e adultos sem escolarização, mesmo assim a legislação

persiste em utilizá-lo, a meta número 9 do novo PNE propõe “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020 o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional”. Essa meta tem relação com o compromisso firmado no Fórum Mundial de Educação de Dakar, em 2000, mas enfrenta um grande desafio: a evasão de adultos dos programas de alfabetização.

O termo “erradicação” obscurece sua natureza social do analfabetismo, que é resultado das desigualdades e dos processos de marginalização social que sustentam o desenvolvimento das sociedades capitalistas. Essa conotação só serve para situar o analfabetismo na ordem do biológico, do psicológico, do individual. Encontra-se no dicionário o seguinte: Erradicar significa arrancar pela raiz, desarraigar. No sentido figurado significa eliminar, provocar o desaparecimento, fazer com que acabe completamente, destruir na totalidade. Erradicar uma praga na agricultura, é eliminar completamente a incidência de doenças que atacam as lavouras.

De acordo com Paiva (2003) os motivos que acarretou o fracasso do MOBREAL, iniciaram por não ter sido idealizado primeiramente por educadores, não possuía material didático-pedagógico adequado a ser trabalhado, os professores não eram valorizados no quesito remuneração e por fim o autoritarismo imposto no programa durante o período do regime militar, no tempo de vigência o programa atingiu 40 milhões de estudantes, mas apenas 15 milhões foram alfabetizados e evidencia o fracasso do Mobreal com a seguinte afirmação: “muitos dos que terminavam os cursos do Mobreal a eles retornavam, mesmo tendo sido considerados alfabetizados” (p. 366).

O Ensino Supletivo foi apresentado para sociedade em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71) (BRASIL, 1971) como a Escola do Futuro, com a finalidade de recuperação do momento escolar perdido pelo indivíduo e formar uma força de trabalho para o desenvolvimento nacional através desse novo modelo de ensino, definido como um subsistema integrado, mas independente do Ensino Regular, compondo o Sistema Nacional de Educação e Cultura, cuja implementação se deu pelos CES (Centros de Estudos Supletivos) instituídos pelo MEC. A legislação definiu a necessidade de os professores atuantes no ensino supletivo receberem formação adequada para essa modalidade, enquanto isso não ocorria, foram aproveitados professores do ensino regular que seriam adaptados ao supletivo.

No âmbito estadual o ensino supletivo consolidou, devido à grande demanda, criou e desenvolveu diferentes nomenclaturas e formas de organizações nos programas de educação de jovens e adultos, regulamentados pelos Conselhos Estaduais de Educação, privilegiava grande parte 1º e 2º graus, tangendo poucas ou quase nulas as diligências na alfabetização de jovens e adultos.

O caminho percorrido para se chegar à Constituição federal de 1988. O período ditatorial perdeu a sua força em função dos movimentos de defesa da democracia, em 1984 o movimento político Diretas Já de cunho popular tinha como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de Presidente da República no Brasil, defendia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que procurava garantir a realização de eleições presidenciais diretas em 1985. O movimento realizou campanhas em várias cidades brasileiras por meio de comícios em praças públicas, reunindo milhares de pessoas durante a ditadura militar brasileira. Considerando que a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada, as eleições presidenciais de 1985 foram realizadas de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral.

Os movimentos sociais participaram nesse processo defendendo as suas ideias, recriando novos meios de expressões, ações com mais organização e estruturas sindicais. A saída dos militares do poder representou o fim do autoritarismo, o período retornou à redemocratização do País, iniciou a discussão de uma nova Carta Constitucional promulgada em 1988, conhecida como Constituição Cidadã, reconhecendo direitos sociais de jovens e adultos à educação e a responsabilidade do Estado de ofertar educação pública, gratuita e universal a todos. Nesse sentido, a educação passa a constituir-se em direito social. Conforme Art. 6º dessa Constituição, a educação, bem como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados passam a ser direitos sociais de todos os brasileiros. No Capítulo Da Educação o Artigo 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (...). VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando. (BRASIL, 1988)

A redemocratização do País contribuiu diretamente para a revisão das práticas pedagógicas da educação de jovens e adultos, o que antes era trabalho voluntário,

assistencialista desenvolvido pelos civis em igrejas e locais clandestinos, consagra-se em ambientes universitários, influenciando os programas públicos de alfabetização. A Constituição ao definir a educação como direito de todos exige um reordenamento legal que se inicia com a aprovação da Lei N. 9.394/1996 Diretrizes e Bases da Educação Nacional que institucionaliza Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da educação básica.

Nessa travessia até 1996 a educação de jovens e adultos passou por outros modelos.

No Governo do Presidente José Sarney em 1985 pelo Decreto nº 91.980, de 25 de Novembro de 1985 os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, são redefinidos, altera-se sua denominação Art. 1º. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR⁴, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básicas destinadas aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. Essa atitude representou marco na descentralização da educação básica de jovens e adultos que passou a ser da responsabilidade dos municípios e não mais a união.

Há de se destacar que anterior à aprovação da referida Lei 9.394/1996 no governo do Presidente da República Fernando Collor de Melo⁵ a EDUCAR foi extinta no início desse governo. O MOBRAL extinto no fim da ditadura civil-militar, quando a Nova República se instalou no país cria a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR, extinta em 1990. A Fundação EDUCAR foi extinta em 1990, surgindo a (PNAC) Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania que só durou um ano. Retoma-se a EJA na LDB 9.394 de 1996.

Ressalta-se que no início da década de 90 século XX, Paulo Freire o Secretário Municipal de Educação da cidade de São Paulo criou o Movimento de Alfabetização

4 A Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR) foi fundada oficialmente em 1985 em substituição à Fundação Mobral, extinta no fim da ditadura civil-militar, quando a Nova República se instala no país. O objetivo do EDUCAR era promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente.

5 O Governo Collor, também denominado como Era Collor, foi um período da história política brasileira iniciado pela posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990, e encerrado por sua renúncia da presidência, em 29 de dezembro de 1992.

(MOVA)⁶, com o objetivo de desenvolver a alfabetização a partir das condições socioeconômicas dos sujeitos, acompanhado da esfera pública e social, ainda assim não foi forte o suficiente para ser integrado como política pública a EJA, mas sobreviveu em alguns estados da região Sul do país, descaracterizado com o decorrer do tempo.

Nessa trajetória deve-se destacar que a EJA contou com a efetiva participação de Anísio Alves da Silva professor paranaense considerado pioneiro nesta modalidade de ensino, pois no início de década de 1960, no antigo miniginásio e atual Liceu Mário de Andrade, em Londrina, implantou um curso rápido e preparatório para o Exame de Madureza, a ideia foi ampliada para o ensino geral de pessoas analfabetas. (Faculdade de Bragança.)

Com o “impeachment” do presidente Collor, assumiu o poder Itamar Franco vice-presidente, nomeia Murílio Hingel para Ministro da Educação, que assume os desafios e as ações frentes ao MEC. Entre as metas desse Ministério destaca fortalecer e garantir o ensino fundamental para jovens e adultos, com uma nova composição do Plano Decenal de Educação para Todos⁷-1993/2003. Conferência Mundial de Educação para Todos, concluído em 1994, às vésperas do final daquele governo, o Plano Decenal fixou metas de prover oportunidades de acesso e progressão no ensino fundamental a 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de jovens e adultos pouco escolarizados. (Escarização de jovens e adultos P 14.)

O sucessor de Itamar foi Fernando Henrique Cardoso⁸ presidente por dois mandatos, de 1995 até 2002, priorizou no seu governo a ampliação de acesso à escola a todos em todos os níveis de ensino. Até a década de 1980, tratava-se do acesso às séries iniciais do ensino fundamental e o analfabetismo ainda era considerado o maior problema do país.

6 O MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) é um projeto idealizado pelo educador Paulo Freire e que acontece há décadas em todo o Brasil. Em São Paulo, por meio da parceria com a Prefeitura, ONGs como a Associação Metodista Livre (Agente) podem fazer parte desse projeto, organizando salas de alfabetização de adultos e promovendo o direito à educação a essa população que, por diversos motivos, esteve excluída do processo de escolarização formal.

7 Plano Decenal de Educação para Todos 1993 política educacional, um conjunto de reflexões, de intenções e de ações que respondem as demandas reais da educação no ente federativo, centradas em estratégias de curto, médio e longo prazo.

8 Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, professor universitário, político e escritor brasileiro, consolidou o Plano Real, estabeleceu reformas constitucionais, privatizou empresas estatais instituindo o neoliberalismo no país.

Foi criado o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), com os anos mudou o nome e passou a se chamar AFASOL, tinha como compromisso ensinar a ler, escrever e refletir sobre o que foi lido, além de reduzir o analfabetismo principalmente nos sujeitos de 12 a 18 anos, no entanto transpareceu a população a mesma imagem dos programas de décadas anteriores, o sujeito analfabeto incapaz perante a sociedade alfabetizada. O Programa de Alfabetização Solidária (PAS) possuiu cinco vertentes que o orientou em sua trajetória: a mobilização social, o desenvolvimento de uma experiência piloto do projeto inicial, busca e incentivo as parcerias, avaliação e a mobilização da juventude, sendo mais uma tentativa do Governo Federal, de combater o analfabetismo no Brasil.

Reeleito em 1998, o presidente passou a ser conhecido como FHC, priorizou uma reforma político-institucional da educação pública, promulgando a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, reafirmou nos Artigos 37 e 38 a adequação de estudos da EJA e o dever público de oferecer aos educandos o acesso à educação através da gratuidade de cursos e de exames supletivos, como explícitos nos artigos a seguir: “Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, artigo que foi alterado pela Lei nº 13.632, de 2018” e “Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. ”

Em 1998 a Portaria nº 10/1998 regulamentou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA⁹ que tinha por objetivo a educação para jovens e adultos, o programa nasce em meios as reivindicações da Reforma Agrária no país, composta por docentes e pesquisadores com vínculo as universidades federais e participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), essa nova modalidade de educação pensou a educação do campo como política pública, o PRONERA está ligado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio de uma Coordenação Geral de Educação do Campo caracterizada por sua função de coordenar, supervisionar e propor atos normativos e procedimentos técnicos para as ações relacionadas à educação do campo

9 Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. O Pronera nasceu em 1998, da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social.

(MDA;INCRA,2014, p.19), com a funcionalidade de programar políticas de educação no campo nos diferentes níveis de ensino, além de estimular metodologias reguladas ao cotidiano sociocultural do campo e seus trabalhadores.

Em 2000 o Conselho Nacional de Educação pela sua Câmara de Educação Básica aprova o Parecer CNE/CEB N. 11/2000 cujo relator foi o Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, regulamentada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos foram estabelecidas três funções da EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora, em 7/6/2000 esse Parecer Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos foi homologado pelo Ministro da Educação¹⁰.

Em 2003, com o Presidente Luis Inácio Lula da Silva no poder e gestão do país, ergue-se o Programa Brasil Alfabetizado, garantindo o acesso dos sujeitos a melhor qualidade na alfabetização de jovens e adultos, com a finalidade da erradicação do analfabetismo no Brasil, nesse governo surgiu a esperança de melhoria na EJA, Lula trouxe isso com ele, podemos citar como iniciativas do mesmo: o desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Pro Jovem); a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao Ministério da Educação (MEC); e a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Sobre os objetivos do Programa Brasil Alfabetizado destacam se:

Art. 1º O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais.

Art. 2º O Programa atenderá, prioritariamente, os Estados e Municípios com maiores índices de analfabetismo, considerando o Censo Demográfico de 2000, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Art. 3º A atuação da União para o cumprimento do objetivo do art. 1º far-se-á por meio de ações de assistência técnica e financeira, na forma deste Decreto.

§ 1º A atuação da União dar-se-á prioritariamente na forma de apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios, que venham a aderir ao Programa, em regime de colaboração, observando-se as seguintes diretrizes:

I - A base territorial para a execução das ações do Programa é o Município;

II - os alfabetizadores deverão ser majoritariamente professores da rede pública da educação básica;

III - a formação dos alfabetizadores, o monitoramento da execução e a avaliação do Programa, bem como a assistência técnica para a elaboração do Plano Plurianual de Alfabetização referido no art. 4º, poderão ser realizados pelo sistema público de educação básica ou por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, incluídas instituições de educação superior, nos termos deste Decreto;(...) " (BRASIL,2007)

1010 PARECER CNE/CEB 11/2000 - HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15.

Em 2006, foi criado o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Jovens e Adultos pelo Decreto nº. 5.840, de 13 de Julho de 2006, sendo originário do Decreto 5.478 de 24 de Julho de 2005, com a intencionalidade da integração do profissional a educação básica por meio da Educação de Jovens e Adultos e ampliou o programa em seus princípios pedagógicos e agora com uma nova nomenclatura Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O PROEJA representou avanço nas políticas públicas ao aliar a EJA, a formação profissional podendo ser ofertada nos sistemas de ensino municipal e estadual, entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissionais vinculadas ao Sistema Sindical.

O PROEJA apresentou no seu documento base o compromisso com a formação humana, construídas dos saberes, conhecimentos científicos e tecnológicos aliados a formação profissional para a construção de uma sociedade mais justa.

No Decreto do PROEJA, estabeleceu que as Instituições Federais no ano de 2006 disponibilizassem no mínimo de 10% das vagas da Instituição, a carga horária dos cursos de formação inicial e continuada era 1400 horas, constituída de 1200 horas para formação geral e 200 horas para formação profissional, podendo ser articulado ao Ensino Fundamental ou Ensino Médio, dessa forma o diploma habilitaria o aluno na área profissional. Neste mesmo ano, realizou a 1ª edição do curso de pós-graduação lato sensu PROEJA, tinha por objetivo capacitar profissionais para a nova modalidade de ensino.

A Emenda Constitucional N.53/2006 e criou o Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), constitui um fundo de natureza contábil e estadual formado por recursos de impostos do Distrito Federal e Municípios associados a educação, contemplando a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA).

Em 2007, o Ministério da Educação realizou o Seminário em Brasília para Planejamento Estratégico do PROEJA com duração de três dias, o debate sobre os pontos priorizados, resultaram em um relatório com três temáticas principais: os princípios fundantes EJA, as estratégias e as ações a serem executadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC para a consolidação do PROEJA (BRASIL, 2007C).

Posteriormente, em 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), em 2009 fica determinado pelo MEC, que as instituições da Rede deveriam apoiar o PROEJA FIC¹¹ com o objetivo de implementar a modalidade EJA no Ensino Fundamental em cursos iniciais e continuada abrangendo municípios brasileiros e os estabelecimentos penais.

No ano de 2010 a Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica implanta a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada-CERTIFIC, para trabalhadores, jovens e adultos que buscaram reconhecimento e certificação dos conhecimentos adquiridos. Essa Política desperta em Vitorette (2014) a seguinte preocupação: se o Programa CERTIFIC, por um lado, proporciona o reconhecimento e a certificação dos saberes dos trabalhadores, por outro nega a eles o direito a educação, resolvendo a situação por meio de certificado” (VITORETTE, 2014, p.115).

O Programa Brasil Sem Miséria (2012) apresentado pelo governo da presidenta Dilma Rousseff, o objetivo de reduzir diferenças econômicas e sociais, o programa foi organizado em três eixos: garantir renda para superação imediata da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos para melhores condições de educação, saúde, proteção social; e inclusão produtiva, com as políticas sociais centradas a um olhar integral as demandas e necessidades do sujeito, o programa articulou e construiu estratégias para superar a baixa escolaridade e qualificação profissional, além da intenção de garantir a permanência dos alunos nos ambientes escolares.

O atual Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014 (2014-2024) estabelece 20 metas e estratégias para a política educacional para os próximos dez anos. Há duas metas referentes a EJA no Brasil, a meta 9 que consiste em: “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015

11 O programa **Proeja Fic** vai levar educação profissional e tecnológica a jovens e adultos de 171 municípios de todas as regiões do país, neste semestre. Os cursos serão ministrados por professores dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia mais próximos de cada município.

e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. ” (BRASIL, 2014).

A meta citada, tem por objetivo suscitar jovens e adultos a dispor do domínio da escrita e leitura, com a finalidade de garantir a estes sujeitos completo desenvolvimento no campo pessoal e social. Para que a meta seja colocada em prática, uma das estratégias traçadas é: “Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria” (BRASIL, 2014).

Contudo, observando os dados educacionais de jovens e adultos, segundo o Observatório Online do PNE no ano de 2020, análise feita com sujeitos de 15 anos ou mais, 94,2% dos brasileiros com mais de 15 anos sabiam ler e escrever e 29% dos brasileiros maiores de 15 anos eram considerados analfabetos funcionais em 2018. (Observatório PNE, site online), portanto há um caminho difícil a ser trabalhado pela frente, a fim de garantir a alfabetização dos sujeitos da EJA, mediante que a modalidade é marcada pela alta evasão dos alunos.

A segunda meta do PNE relacionada a EJA é a meta 10, que consiste em: “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014).

Segundo o Observatório Online do PNE, a porcentagem de matrículas na EJA integradas a Educação profissional em 2020 era de 0,5% dos estudantes do Ensino Fundamental e 3,6% dos estudantes do Ensino Médio (Observatório PNE, site online). Dessa forma, para que a meta seja colocada em prática, foram estabelecidas algumas estratégias, uma das estratégias diz respeito a:

Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância (BRASIL, 2014)

Infelizmente são poucas as escolas de EJA que são integradas a educação profissionalizante, e é necessário tempo para que seja ofertado por todas, além de exigir processos pedagógicos específicos capazes de atender a diversidade de alunos.

O Brasil apresenta elevado número de sujeitos que não conseguiram concluir os estudos, dentre essas pessoas citamos aquelas com deficiência e baixo nível de escolaridade, que não foram esquecidas pelo PNE, foi definida uma estratégia exclusivamente a estes cidadãos, que é “Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.” (BRASIL, 2014). O número de matrículas da população com deficiência ou baixo índice de escolaridade na EJA integrado a educação profissional foi de 1.166 pessoas com espectro autista e altas habilidades ou superdotação em 2020. (Observatório PNE, site online). Proporcionar o acesso a EJA integrada à Educação Profissional a estas populações, garante que sejam alfabetizadas e tenham acesso ao mercado de trabalho.

Uma última estratégia a ser citada de grande importância sobre a meta 10, é a assistência social, financeira e pedagógica, com o objetivo de garantir o acesso e permanência dos alunos da EJA integrada a educação profissional, que diz:

Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de jovens e adultos articulada à Educação profissional. (BRASIL, 2014).

Tendo em vista que é de grande eficácia um programa que garanta assistência aos sujeitos da EJA, de forma que contribuirá significativamente para não evasão durante o caminho educacional.

1.2.A DIVERSIDADE DE SUJEITO DA EJA

Na seção anterior centrou-se o olhar sobre a trajetória histórica da EJA mediada pela legislação pertinente à área. A contextualização do processo de implementação da modalidade da educação de jovens e adultos exige a complementaridade sobre os diversos perfis daqueles que por motivo de abandono à escola, por dificuldades diversas ou aqueles que não tiveram oportunidade de fazer parte da comunidade escolar “na idade certa”.

O Brasil é um país marcado por grandes desigualdades: social, econômica, educacional, cenário desafiador, nesse sentido corrigir essas desigualdades

pressupõe políticas públicas correspondente ao grande desafio de garantir à educação a todos.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pobre é o sujeito que vive com até R\$ 144,00 mensais e extremamente pobre é aquele que sobrevive com R\$ 77,00 por mês (BRASIL, 2016). No entanto, entendemos que, para além da escassez de recursos materiais, a pobreza está relacionada com a privação das condições mais básicas para viver de forma justa e digna como ser humano. "Aos pobres são negados os direitos sociais mais básicos, como alimentação, teto, renda e trabalho, os quais é atribuição do Estado garantir" (ARROYO, 2015, p. 13).

A constatação dessas condições há que conduzir à formulação e implementação de políticas sociais e de programas que visem à transformação dessa realidade, sem, todavia, incidir em medidas assistencialistas ou moralizantes (ARROYO, 2015). Entretanto, tais programas, como por exemplo Bolsa Família, têm sido concebidos como a razão do desestímulo ao esforço de cada indivíduo, ao estudo e à capacitação.

A responsabilização do pobre por seu fracasso escolar ignora os definidores de sua condição. Na configuração social atual os sujeitos não nascem todos com as mesmas oportunidades. A distribuição de renda, por exemplo, não é igualitária. Portanto, os sujeitos vivenciam diferentes realidades e possibilidades de vida desde a mais tenra idade.

Diante do exposto, este trabalho visa responder as seguintes problemáticas: Quais são as concepções de professores acerca da pobreza? Os educadores que convivem com alunos em situação de pobreza e extrema pobreza consideram relevante o estudo do tema em sala de aula?

Portanto, torna fundamental conhecer e refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos e a comunidade de estudantes que a compõe do ensino fundamental ao ensino médio. No primeiro momento faz se necessário buscar resposta para uma importante pergunta: qual o perfil de sujeitos que compõem a EJA considerando seu contexto social? Segundo Paiva (1983, p.19),

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregadas/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado

e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Portanto, trazem consigo o histórico da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas (Paiva, 1983, p. 19).

É um importante dever da escola e do educador, conhecer seus estudantes, e a partir de suas realidades, planejar intencionalmente, uma educação direcionada as necessidades destes sujeitos que em determinado tempo da vida, não tiveram acesso ao ambiente escolar ou retornam agora para uma nova tentativa de corrigir as retenções causadas por um percurso insatisfatório e de inúmeras repetências, causando o fenômeno da evasão.

Um dos maiores desafios é administrar as diferenças culturais dos sujeitos em sala de aula, as diversas visões de mundo, religiosidades, ações, arranjos familiares. Indubitavelmente a cultura marca, identifica, apresenta comportamentos interiorizados ao longo da vida. Ao se apresentar culturalmente constituído de outros saberes e valores, sabe-se que não existe apenas uma cultura e sim culturas com símbolos, regras e suas características. Dessa forma, a escola que tenha como princípio o respeito ao próximo e esteja sempre atenta as transformações sociais que resultam em diversas maneiras de viver a vida. Brandão (2002, p.23) afirma:

Pois somos a única espécie que, munida de um mesmo aparato biopsicológico, ao invés de produzir um único modo de vida, ou maneiras de ser muito semelhantes, geramos quase incontáveis formas de ser e de viver no interior, de inúmeras variedades de culturas humanas. (Brandão,2002, p.23)

Entende-se que os sujeitos da EJA, são pessoas de diversas idades, possuem um saber sensível que os diferenciam dos demais por serem protagonistas de suas vidas, ricos em experiências já vividas no decorrer de sua trajetória. Essa realidade, configura inúmeros e diferentes sujeitos em suas particularidades, chegando ao ambiente escolar com crenças, valores, saberes do cotidiano já construídos, históricos profissionais, origens, vivências, ritmos de aprendizagens individuais, porém impulsionados por motivos e objetivos comuns, que se configuram pela inserção no ambiente escolar com fins educativos e melhoria na condição de vida. E, não poderia ser diferente, trabalha -se com sujeitos que têm responsabilidade com a família, com o trabalho, evidenciando necessidades sociais e individuais bem particulares.

A escola, pela escolarização é insubstituível, mas não é o único espaço educativo pertinente que os sujeitos da EJA adquirem conhecimentos, desenvolvem-se dentro da própria família, igrejas, associações, bairros, convívios com outras pessoas e durante a vida. Afirma Freire (1997) que, “A educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática”. Portanto Estado, família e sociedade devem atuar em conjunto no processo para que crianças, jovens e adultos tenham acesso à escola, permaneçam e concluam uma trajetória de sucesso escolar.

Várias são as características dos estudantes da EJA, seja da zona urbana ou rural. Aqueles da zona rural, passam o dia trabalhando braçalmente, exigindo um grande esforço físico que requer muita energia, chega ao final do dia cansados, sem ânimo para estudar e lembram que no dia seguinte começara tudo novamente. Nesse momento cabe ao docente analisar a realidade que distingue cada um dos estudantes e reconhecer que seu papel deverá ir além do ato de ensinar. Naturalmente, que as situações de diversidades exigem um diagnóstico para se saber de onde partir. Situação que pode ocorrer tanto na zona rural como na zona urbana, portanto é preciso ouvir para dialogar, cuidar e educar, ouvir as experiências, as vivências, as expectativas.

O papel da escola ultrapassou fins além da formação acadêmica, do trabalho e da cidadania. A escola assume o papel de desenvolver valores e habilidades, visto que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica distinguem como fundamental os princípios do educar e cuidar como dever da escola em todas as etapas e modalidades da educação básica, um papel mais complexo que apenas a transmissão de conteúdo.

Quanto ao espaço escolar da EJA, deve ser adequado e observado as identidades e características de seus estudantes, não um espaço qualquer. O espaço significa o reconhecimento da importância e do direito daquele que busca uma instituição de educação. Como receber adultos em salas que atendem crianças do ensino fundamental. Infelizmente é recorrente o processo de infantilização, com métodos de ensino infantilizados, principalmente quando fala de alfabetização de adultos que se difere no ensino, na programação, no tempo, no material didático.

É necessário um ambiente sociável, agradável, construído adequadamente para atender os jovens e adultos, com a finalidade de promover transformação social, com construção de conhecimento significativo, com participação ativa dos educandos, metodologias adequadas ao perfil dos estudantes, levando em

considerações os medos e receios, sonhos, perspectivas de vida e futuro, dificuldades e facilidades, disposição a desenvolverem uma jornada de construção de conhecimentos com o professor e os colegas. Características fundamentais para o desenvolvimento da modalidade de ensino, aproximando o aluno do conhecimento, desenvolvendo um significado, que não seja apenas digerido e sim compreendido e questionado.

Para Ferreira (s.d), o estudante da EJA quando entra para escola analfabeto fica como crianças quando aprendem a ler, começam a ler tudo, revistas, jornais, sites, tudo o que elas veem pela frente. No entanto, ao contrário das crianças os adultos possuem uma bagagem de experiências, conceitos e opiniões já formados que construíram no decorrer de sua vida cultural. Nesse sentido, esses educandos desenvolvem estratégias para lidar com a escrita no cotidiano, a fim de sobreviver na sociedade que os exclui, os discrimina por serem alunos da EJA julgando os. No entanto, “analfabetos”, mesmo sendo sujeitos ativos e de ocuparem lugares na sociedade, quase nunca são reconhecidos como agentes na comunidade devido à forte exclusão que sofrem nas classes sociais.

Por outro ângulo, mesmo tendo uma participação ativa na sociedade, os jovens e adultos analfabetos, são privados de participação em eventos sejam eles culturais, sociais, espetáculos promovidos na sociedade que exigem como requisito mínimo a leitura, a escrita, despertando nestas pessoas um sentimento de inferioridade, de incapacidade, além de se sentirem discriminados e sentirem nas atitudes das pessoas o preconceito.

A situação dos estudantes da EJA, não é valorizada e não há a preocupação com a modalidade por parte do Governo em alguns casos até pela própria instituição e seus componentes, por lidarem com jovens e adultos que trabalham o dia inteiro e o único momento que vão para o ambiente escolar estão cansados e sem ânimo, mas isso não quer dizer que não estão dispostos a aprenderem, são sujeitos que dividem sala com outros educandos que possuem crenças, valores, dificuldades diferentes um dos outros e deve existir o respeito entre todos.

A concepção, de alfabetização em quase todo momento no passado, foi desenvolvida a jovens e adultos como caridade, improviso, com uso de materiais direcionados a crianças, neste contexto qualquer pessoa letrada poderia alfabetizar um jovem ou adulto, o acesso à escola era considerado de um caráter emergencial, caritativo e não como direito a ser reconhecido. As ciências da educação apontam que

não é qualquer pessoa que pode alfabetizar, requer conhecimentos necessários, compreensão fundamentada na complexidade do fenômeno educacional. A epígrafe deste capítulo destaca a diferença com um elemento enriquecedor do trabalho pedagógico e até mesmo um sentido de transgressão, já que a educação ainda se faz de forma homogênea. Uma sala de EJA é composta por sua heterogeneidade de sujeitos, há os mais jovens, adolescentes, adultos e os mais velhos, negros, brancos, mulheres, homens, católicos, evangélicos, casados, solteiros e inúmeras outras características que os diferencia-os dos demais. Arroyo (2016, p.35) afirma que:

Essas diferenças podem ser uma riqueza para o fazer educativo. Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo possível. Quando só os mestres têm o que falar não passa de um monólogo. Os Jovens e Adultos carregam as condições de pensar sua educação como diálogo. Se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial. (Arroyo, 2016, p.35)

Segundo Carrano (2007), o interesse de jovens na modalidade de educação de jovens e adultos tem crescido significativamente nos últimos anos. Alguns professores e idosos da sala veem como um problema que afeta a todos, porém, outros veem como processos de possíveis mecanismo de interações que podem ser desenvolvidos, essa grande inserção de jovens é chamada de “juvenilização da EJA”. Cenário que exige da escola, dos gestores e dos docentes desenvolver a tarefa política educativa e até mesmo a afetiva ao reconhecer os educandos ingressantes, a socialização contribui para melhor compreensão da realidade da juventude.

Cabe aos profissionais da escola e, em especial ao professor ficar atento as pluralidades de situações e identidades dessa juventude, que para grande parte dos jovens de classes populares a responsabilidade da vida adulta chega mais cedo do que os de classe alta, aumentando a inserção na modalidade EJA, com objetivos de melhores condições de vida, a fim de conseguir trabalhos formais, pois até então o trabalho é visto como meio de sobrevivência, e muitos se inserem nesses ambientes em condições precárias, sem nenhuma proteção, na informalidade.

Além da dificuldade da permanência na escola, os jovens lidam com a rígida estrutura formal das instituições públicas, que consideram pouco ou quase nulos os interesses dos alunos, propiciando assim um ambiente com pouca abertura entre a relação sociável entre os sujeitos.

Faz-se necessário que o educador desenvolva a prática da escuta com atenção e o olhar atento e minucioso, favorecendo a troca de experiências, de conhecimentos e as relações políticas e sociais entre os diferentes sujeitos. A exclusão dos sujeitos da EJA no decorrer da história expressa pelas políticas públicas fica muito evidente. No entanto, a maioria é estudantes que foram privados do estudo em um determinado momento da vida e agora retornam com inúmeras dificuldades, para conciliar o trabalho com estudos, família e outras limitações. Todavia, visam a melhoria de vida em todos os aspectos seja intelectual, profissional ou social, são sujeitos que possuem direitos e devem ser respeitados.

2. O ENCONTRO ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional (FREIRE, 1996, p. 147-149).

No primeiro capítulo, pode-se evidenciar que a partir de 1940 que a educação de jovens e adultos no Brasil passou a se constituir em problema, uma preocupação para a política nacional, em forma de Campanhas se buscava resolver a escolarização de jovens e adultos considerados analfabetos. Essa problemática do adulto analfabeto, por volta de 1958, chama a atenção de vários educadores, entre eles, destaca-se a presença de Paulo Freire. Nesse período, década de 1960, a exclusão na população acima de 15 anos no Brasil contava com 39,7% de analfabetos. Os ideais de uma educação conscientizadora e transformadora, entre 1960 e 1964 influenciaram muitos educadores e educandos. Esses ideais materializaram em ação pelos Movimentos de Cultura Popular (MCP), da Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, do Movimento de Educação de Base (MEB), do Centro Popular de Cultura (CPC). Ideais que se fazem presentes até os dias atuais no Brasil e em vários outros países. A educação popular é uma proposta pedagógica, que surge como uma manifestação questionadora da ordem e das relações sociais e políticas, com origem nos movimentos de classes na sociedade que buscavam outras formas de organização da vida comum. Nesse sentido, no presente capítulo será abordada a relação entre a educação de jovens e adultos e a educação popular na formação de professores.

2.1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO POPULAR.

A educação popular se constitui como uma prática pedagógica que se alimenta das lutas, da resistência, da criatividade na humanização em espaços não escolares, no entanto a educação de jovens e adultos na perspectiva freiriana também se

alimenta de lutas, da resistência, da criatividade, na humanização, porém no espaço escolar.

Dessa forma, o diálogo entre a educação popular e educação de jovens e adultos deve se mediado pelos princípios freirianos, que em uma síntese inicial, pode afirmar que a educação objetiva formar e “transformar” seres humanos, reconhecendo suas potencialidades, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando e tornando-os humanos. Assim, educação e humanização são termos indicotomizáveis, caminham sempre juntos.

Segundo Danilo Streck (2006) a Educação Popular a partir da década de 1950, adquire na América Latina uma conotação de contraposição ao modelo hegemônico e excludente de educação, antes, porém a denominação Educação Popular se referia à educação pública, ou seja, de todo o povo de uma nação.

A educação popular no Brasil tem conquistado espaço nas Políticas Públicas, nas áreas da saúde e da assistência social e esteve presente na luta por muitas conquistas no âmbito social que passaram a integrar a Constituição Federal promulgada em 1988.

Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais ia somente até as ações de trabalhadores em sindicatos, perdendo o lugar de protagonistas políticos para os movimentos populares que ocorrem em bairro, espaços sociais e envolve uma problemática entre empiria, ou seja, os acontecimentos conhecidos através da experiência e a teoria.

Freire considera os movimentos urbanos como a grande escola da vida, sendo uma organização popular com conteúdo político, muitas vezes são grupos lutam contra o Estado por uma sociedade igualitária, pela transformação do sistema político. A mobilização se dá em um processo que articula a reflexão do entorno com as estratégias de lutas, considerada força instituinte nas práticas educativas.

Os movimentos sociais conhecidos como novos apontam para a reorientação da ação coletiva, contribuindo para a conquista de novos espaços de participação popular na sociedade civil, do exercício da construção da cidadania e democracia, sendo assim os novos movimentos não estão em busca da sociedade perfeita, mas defender os direitos da humanidade, entre eles destaca-se os direitos civis e universais, a educação, o meio ambiente, grupos etários de gêneros, étnicos, religiosos, sexuais e outros.

Nessa mesma perspectiva, Reis e Rocha focam a importância da educação popular pelo seu caráter educativo influência na formação dos movimentos sociais.

...caráter educativo influencia a síntese formativa dos movimentos, e possibilita uma leitura crítica da realidade de mundo onde os sujeitos estão inseridos. A educação popular, trazendo em sua síntese os mais diferentes aspectos de formação culturais, contribui não só para a consciência coletiva dos indivíduos, como perpétua toda a bagagem histórica de um povo e dos seus direitos, e são de fato, o que une o debate entre a classe popular e as mais diferentes representações sociais que divergem culturalmente como socialmente. (Reis e Rocha)

A educação popular é constituída de uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização dos direitos do povo e os ideais da democracia. Os expoentes da educação popular aqui identificados na pessoa de Freire identificaram as palavras como conscientização, libertação, humanização, emancipação como princípios também os fins de uma educação que superasse a visão da educação tradicional, contribuindo para formação de um sujeito que exercesse a sua cidadania.

Destaca-se, que Freire desde o início da década de 60, almejava uma educação que atendesse o sujeito em sua totalidade, de forma integral capacitando a realizar a leitura de mundo e a leitura da palavra, ambos reconhecidos como ato político. Desenvolver o conhecimento a partir do diálogo com o outro, integrados no processo de percepção da realidade. Esse contexto, promove a participação de novos sujeitos históricos, que lutam no plano de consumo, contra os efeitos gerados pela concentração de riquezas, rompendo com as organizações tradicionais. Assim, o político está presente em toda prática social e o ator social contemporâneo não luta sozinho, mas sim em rede. A cidade é planejada e ordenada para e pela classe dominante ou grupos hegemônicos e controlada por eles, dessa forma a maioria dos moradores não conseguem participar das decisões e com os movimentos sociais há a possibilidade.

Importante destacar que na década de 1960 Paulo Freire considerando esses mesmos princípios, experienciou um método de alfabetização inovador e revolucionário, alfabetizando jovens e adultos, partindo da problematização da leitura do mundo que precedia a leitura da palavra. Destaque para o papel da conscientização para libertação “é o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (FREIRE, 2018 pág. 43).

Os movimentos sociais de caráter popular orientaram os avanços democráticos que a sociedade civil obteve no Brasil nos anos 80, características do projeto

comunitário centrados no desenvolvimento do homem explorado em luta pela construção de uma sociedade mais igualitária, eles buscam no passado as raízes de uma convivência mais solidária.

A partir dos anos de 1990 ocorre a expansão das organizações não governamentais que desenvolvem sua ação educativa em espaços instituídos de educação não escolar, trabalho desenvolvido pelo educador social, que inicialmente estava vinculado ao trabalho de atendimento a criança e ao adolescente em situação de rua em projetos sociais. Muitas vezes, o educador popular era tido como sinônimo de educador social e vice-versa.

A educação popular, é reconhecida como prática educacional e desenvolvida por educadores engajados na resistência das mais variadas formas de opressão, especialmente, no seio de movimentos e organizações sociais. A função do educador social¹² é acolher, conversar e orientar as pessoas no processo de ressocialização. Esses profissionais podem desenvolver diversas ações visando o desenvolvimento social, como atividades recreativas, esportivas, culturais e educativa. Vale ressaltar que o educador popular nem sempre possui formação específica, mas carrega consigo desejos de uma sociedade em que caibam todos de fato e de direito. A teoria educacional freiriana atesta que para refletir a respeito da educação, concomitantemente, há que se pensar, refletir a respeito do ser humano, pois nele reside o fundamento do processo educativo. A educação de jovens e adultos requer tempo, local específico e pessoas especializadas além de possuir um caráter metódico e dividido entre idade e classe de conhecimento.

A educação vem sendo proclamada como uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela modernidade, entre eles evidencia -se a mídia que foi transformada no quarto poder, a globalização sistema de poder que exclui e inclui demandadas pelo lucro segunda economia. A cultura foi transformada em um lugar de resistência e luta social, desencadeando uma perda do espaço público e o crescimento de espaços privados e organizações sociais.

No campo de formação do docente para atuar na Educação de Jovens e Adultos a promulgação da Constituição Federal em 1988, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Lei N.9394 de 1996 institucionaliza

12 Em abril de 2019 foi aprovado o projeto de lei que regulamenta a profissão. A partir de então, passou a ser exigido nível superior para ingressar na carreira. Antes, a escolaridade mínima exigida para trabalhar como educador social era nível médio.

Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da educação básica. Outras medidas foram fortalecedoras da EJA, em 2000 o Conselho Nacional de Educação aprova o Parecer CNE/CEB N. 11/2000 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos foram estabelecidas três funções da EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora. Estabelece também a necessidade no preparo do docente para atuar nesta modalidade para além das exigências formativas de professor, é fundamental o reconhecimento da complexidade e da especificidade que caracterizam a Educação de Jovens e Adultos.

O desejo de uma sociedade incluyente, está estreitamente relacionado ao fazer educativo do educador popular e do educador escolar que têm entre os elementos de união: a cidadania, a formação permanente, o saber da comunidade como matéria prima para a aprendizagem, a problematização da leitura do mundo, a dialogicidade, enfim o reconhecimento que a educação e a humanização são termos indicotomizáveis, caminham sempre juntos.

2.2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EJA

Na seção anterior refletiu-se sobre a relação entre educação popular e a educação de jovens e adultos mediada pelo pensamento educacional freiriano cuja educação deve orientar-se pela conscientização, pela autonomia, pela humanização dos educandos, mediante processos dialógicos, problematizadores, interativos e relacionais, que também fundamentam a formação de professores para EJA. Concepção de educação emancipatória e libertadora, que busca desenvolver uma conscientização política e social como mediação do professor, essencial para a valorização dos sujeitos, transformação da sociedade e um olhar crítico.

A ação pedagógica fundamentada nesses princípios, é a opção que se dá com base em estudos, pois conforme define Arroyo (2001b) o pensamento freiriano não é uma “receita” a ser seguida ou refutada,

O pensamento educacional freireano não é uma “receita” a ser seguida ou refutada. E por ser um pensamento dialético atilado à realidade e sendo esta, marcada pela contradição, bem como imprevisível, porque dinâmica, não propaga respostas prontas aos problemas do cotidiano, especialmente do diário educacional. No entanto, fornece “pistas”, linhas de partidas, princípios orientadores para gestar e construir estratégias mobilizadoras e transformadoras, isto é, propõe condutas. Mais especificamente: “Educação para Paulo Freire é uma conduta. Um conjunto de valores pedagógicos; um compromisso; uma postura” (ARROYO, 2001b, p. 56).

A educação de jovens e adultos, como modalidade da educação básica, sofre dos mesmos problemas que afeta a educação brasileira com alguns atenuantes, entre eles a formação docente. O professor para atuar nessa modalidade está em construção, não há políticas fechadas de formação de educadores para a EJA e é preciso que sejam construídas. Formação ancorada no princípio da incompletude, devendo comportar saberes acadêmicos e saberes da experiência do ser docente aberto à sociedade, plural em na relação com os demais seres da sua convivência.

Nesse sentido no preparo do docente além das exigências formativas do profissional, é fundamental o reconhecimento da complexidade e da especificidade que caracterizam a Educação de Jovens e Adultos. Especificidade que exige o desenvolvimento da sensibilidade para reconhecer e considerar as condições materiais desfavoráveis que muitos estudantes têm, a deficiência na alimentação, moradia, falta de leitura e estudos, convívio com a violência e morte na sua vida.

Situações que devem ser cotidianamente analisadas, visto que influenciam no processo de ensino e aprendizagem. Desafio que a própria realidade do estudante se apresenta como situações-problema, de inquietações, de angústias e de aspirações do grupo. Deve ser considerado como matéria-prima do processo educacional. Compete ainda ao professor manter um olhar e uma escuta minuciosa sobre os movimentos, inquietações, olhares, falas, reações agressivas, bem como outras atitudes que os estudantes apresentem, pois os jovens e adultos necessitam de profissionais competentes, amorosos, decididos, determinados, alegres comprometidos e engajados no projeto de justiça social.

A superação da escola tradicional será importante pois o sujeito dessa modalidade “fracassou” e torna-se fundamental proporcionar novos caminhos pedagógicos que transforme a realidade escolar do mesmo, mostrar que a escola se importa com ele e se sinta acolhido. Do contrário o estudante se sentira culpado e produtor de seu fracasso. Assim, o reingresso desses estudantes exige um acolhimento especial, que o docente seja capaz de reconhecer o potencial de cada um, apreender sobre esse sujeito que se difere dos outros, conhecer a sua trajetória, para que se construa institucionalmente projetos de vida com esses sujeitos.

Nessa perspectiva, na educação não se tem soluções “*mágicas*”, os modismos que em um curto espaço de tempo são abandonadas. De acordo com Freire, (1997, p. 58):

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 1997, p. 58):

Na proposta pedagógica deve-se compreender que a teoria e a prática são indissociáveis, mas se realiza no contexto histórico do sujeito, estabelecendo a relação entre educador e educando com a finalidade que aprendam juntos. Nesse sentido retoma-se a epígrafe do capítulo para as palavras de Freire sobre a ação do educador, para o agir de forma coerente com o método, com criticidade, ética e estética,

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional (FREIRE, 1996, p. 147-149).

A sintonia entre os gestores e os demais profissionais é condição fundamental para que a proposta pedagógica se realize. Destaca-se, nesse sentido as palavras de Arroyo (2006, p.17-32), sobre a seleção de docente para atuar nesta modalidade. Para atuar nesse processo educativo com Jovens e Adultos com rostos, histórias, cores, do campo da periferia e para trabalhar com esses alunos, têm a necessidade de analisar os currículos dos educadores, não como mercadorias, mas como cidadãos, a fim de pensar em possíveis pedagogias críticas, o professor nessa situação poderá trabalhar com todas essas diferenças entre sujeitos de modo que desperte o interesse e entusiasmos para estudar mesmo após um dia cansativo, obter um aproveitamento e o professor um melhor resultado.

A proatividade e compromisso do gestor, em todo processo é fundamental desde a melhoria da infraestrutura física, didática aquisição de materiais diversos para apoio aos docentes e discentes, adequação do espaço físico e outros, enfim são inúmeros desafios que tornam a conquista de uma educação de qualidade social para todos.

A qualidade na formação docente, necessariamente passa pela contribuição das universidades em seus cursos de Licenciaturas e deve a matriz curricular não só do Curso de Pedagogia. Segundo Machado (2008, p.1,61-174.), em 2006 ocorreu

com as novas diretrizes curriculares do curso de pedagogia, um reforço na perspectiva do pedagogo na sua atuação na educação infantil anos iniciais, fundamental, adolescentes, jovens e adultos, porém a maioria dos cursos de licenciatura prepara o professor para atuação com alunos ideais e não com os irreais que são sujeitos com dificuldades intelectuais, financeiras e sociais, histórias e experiências distintas, crenças, costumes, culturas diferentes e outras inúmeras características que constitui a identidade do aluno da EJA.

Para Ecco e Nogaro (2015) o ato pedagógico se realiza entre seres humanos em qualquer etapa da escolarização, assim parte do princípio o ato pedagógico como um ato de educar e o trabalho do educador efetiva-se com e entre seres humanos. Compreende-se que uma educação autêntica promove a quem sejam capazes de fazerem-se, construírem-se, inventarem-se, desenvolverem-se, não nascemos prontos, acabados e satisfeitos. A condição, do homem e da mulher de nascerem não feitos, exige que, ambos, aprendam a ser gente, a constituírem-se humanos.

A metodologia é fundamental para a permanência do estudante no ambiente escolar, superar a evasão escolar também, ainda há insistência do docente em utilizar metodologias infantilizadas, semelhantes a que desenvolve com as crianças, desconsiderando o contexto e a rotina de jovens e adultos, afastando o sujeito da escola, porém para que isso não aconteça cabe ao professor conhecer seus alunos, sua trajetória, experiência, vivência articulada como eixo importante para aprendizagem, aproximando cada vez mais o conteúdo ao aluno, incentivando a sua permanência no espaço escolar.

É difícil fazer democracia, ela não se faz com palavras, mas com reflexão e prática, necessitando da escola se tornar um ambiente acolhedor e multiplicador de gestos democráticos, estando aberta a realidade contextual de seus alunos e analisar se seu discurso há coerência no que se diz e ao que fala, a educação é um ato político e educadores são e fazem política, porém não são todos sujeitos políticos que fazem política.

Em uma sociedade, todos os sujeitos têm direitos e deveres, desafiar o povo a ler criticamente o mundo, se torna uma prática incomoda para os que exercem seu poder na inocência dos explorados, além disso, uma comunidade para se tornar letrada será a partir de que exijam novas necessidades sociais que os sujeitos tenham que se adaptar.

O saber tem tudo a ver com o crescer, mas é necessário que o saber das minorias não asfixie o crescer da maioria dominada. A educação como direito de todos sem distinção de idade exige o repensar das políticas e práticas para encontrar caminhos para melhorar a formação de docentes para atuarem na educação de jovens e adultos, com qualidade a fim de garantir acesso a todos, sem distinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos, é um tema desafiador, exige uma reflexão contínua que não se esgota em uma investigação. A metodologia e a bibliografia escolhidas possibilitaram alcançar o objetivo proposto de compreender os princípios, os critérios que devem ser contemplados na formação docente para atuar na Educação de Jovens e Adultos. Assim, pode-se afirmar que a pesquisa, entre outras contribuições, trouxe a luz, o princípio da incompletude da formação, que deve comportar saberes acadêmicos e saberes da experiência do ser docente aberto à sociedade, plural em na relação com os demais seres da sua convivência.

Essa investigação possibilitou o reconhecimento de um universo de diversidade daqueles que compõem as turmas de Educação de Jovens e Adultos, de que a questão pedagógica, deve ser analisada em sua complexidade, inserida em um contexto marcado por grandes desigualdades econômicas e sociais.

Dessa forma, a exclusão ou o afastamento desses sujeitos ao direito à educação não poderá se repetir nesse seu reingresso, mas deve se transformar em uma conquista que será concluída ao final da educação básica. É uma composição de estudantes de trabalhadores, tantos outros segmentos sociais: donas de casa, migrantes, aposentados, cuidadores, dessa forma a reentrada no sistema educacional desses interromperam forçadamente seja repetência, seja evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência na escola ou outras condições adversas, o conhecimento através da educação é para eles um instrumento para ler o mundo, produzir mudanças, dessa forma ato de educar não é um ato neutro, é um ato político possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

É destinada a poucos na sociedade e de difícil acesso à maioria, nesse cenário temos jovens e adultos excluídos do ambiente escolar que são trabalhadores, mulheres, homens, jovens, adultos, idosos que em algum momento de sua trajetória foi privado de estudar e para alguns essa é uma nova chance de retornar aos estudos em busca de uma possível melhor condição financeira ou realização pessoal.

Nesse sentido, conhecer as vivências, experiências do alunado é fundamental para se construir relações de confiança, de cuidado, de valorização, de humanidade

entre o educador e educando desenvolvendo aprendizagens relevantes, reconhecendo que cada um traz consigo uma bagagem cultural que não deve ser ignorada e anulada, sendo assim papel do profissional docente que contribuirá diretamente para permanência e conclusão de toda a turma.

Por fim, foi importante investigar essa temática, pois se confirmou que teoria freiriana na composição de seus elementos constitutivos é aquela que responde aos fundamentos que devem ser contemplados na formação de docente para atuação nessa modalidade de educação como orienta as práticas docentes no exercício cotidiano na escola. Esses fundamentos ao alicerçar o Projeto Pedagógico da Instituição de educação possibilitará uma ação pedagógica dialógica, problematizadora no dia a dia da EJA.

Fica ainda, o reconhecimento de que mesmo com significativos avanços na trajetória essa modalidade não conta com o reconhecimento do seu direito à educação, pois é marcada pela invisibilidade, preconceito social, sem prioridade nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.H.S; RIBEIRO, E.A. **Política educacional para a educação de jovens e adultos no Governo Lula: construção da agenda, formulação da política e implantação.** *Revista Profissão Docente (RPD)*, Uberaba- MG, V.20, p.01-20, jan./abr. 2019, Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1252>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARROYO, Miguel. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

ARROYO, Miguel: **Paulo Freire e o projeto popular para o Brasil.** In. CALDART, R. S.; KOLLING, E. G. *PAULO FREIRE: um educador do povo.* 2. ed. Veranópolis, RS: PERES, 2001b. p. 54-62.

ARROYO, Miguel. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos.** In: SOARES, Leoncio (Org). *Formação de educadores de jovens e adultos.* Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. p.17-32.

CARRANO, Paulo. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance".** *Revista Reveja (UFMG)*, online, Minas Gerais, 2007. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/educacao_de_jovens_e_adultos_e_juventude_-_carrano.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

COMENIUS, Jean. **Didática magna.** Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: M. Fontes, 2011.

DAVID, Costa Hellen; FURLANETTE R. F. P. Fátima Maria. **O Programa de Alfabetização Solidária e a erradicação do analfabetismo Brasil.** Faculdade de Ciências e Tecnologia UNESP, Presidente Prudente- SP. Disponível em: Acesso em: 14 mar.2022.

Declaração Universal dos Direitos Humanos da **ONU**. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>>.

FERREIRA, Núbia Nafaiete Ferraz. **O perfil dos alunos e alunas da educação de jovens e adultos: alfabetização e diversidade**. Instituto de Ensino Superior Franciscano-IESF. Maranhão. s.d. Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/OPERFILDOSALUNOSEALUNASDAEDUCA%C3%87%C3%83O-DE-JOVENS-E-ADULTOS-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-e-diversidade.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

FREIRE, Paulo, **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**- ed. Olho d'água- São Paulo 1997, 84 páginas.

HADDAD, S.; PIERRO, M.C. **Escolarização de jovens e adultos**. *Revista Brasileira de Educação*. [s.d]. Nº 14. mai./jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____, M. D. Paulo Freire. In. ORTH, L. M. E. (Tradutora). **O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 27-29.

MACHADO, Maria Margarida. **A trajetória da EJA na década de 90 – políticas públicas sendo substituídas por “solidariedade”**. [s.d.]. s.d. Disponível em: http://forumeja.org.br/gt18/files/MACHADO.pdf_2_0.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de Professores para EJA: Uma perspectiva de mudança**. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v.2, n.2-3, p.1, 61-174. jan./dez. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Kathleen/Downloads/Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20para%20EJAMARGARIDA.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

MATOS, Sonia Regina da Luz. **Educação de Jovens e Adultos na política cultural escolar**. In: STECANELA, Nilda (org.). *Fundamentos de EJA: Cadernos 1 de EJA*. ed. Traço Diferencial- Caxias do Sul, RS, 2013, 138 páginas.

MIRANDA, L.C.P.; SOUZA, L. T.; PEREIRA I. R. D. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade**. *Seminário de Iniciação Científica*, 5., 2016, Montes Claros. Eventos do IFNMG, 2016, Montes Claros, Anais. Disponível em:

<https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf> Acesso em: 15 out. 2021.

PAIVA, Vanilda Pereira - **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5ª ed. - São Paulo -Edições Loyola – Ibrades – 1987.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2ª. ed. - São Paulo -Edições Loyola, 1983.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RIBAS, M.S.; SOARES, S.T. **Formação de Professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos: Uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente**. IX ANPED SUL: *Seminário em Pesquisa em Educação da Região Sul*, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Kathleen/Downloads/FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES%20PARA%20ATUAR%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20E.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

ROMÃO, José E.: GADOTTI Moacir. **Educação de Adultos: Cenários, Perspectivas e formação do educador**. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.

ROMÃO, J. E. Educação. In. STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a. p. 150-152.

SILVA, Livia Sonalle do Nascimento. **A educação de jovens e adultos sob o viés das campanhas de alfabetização: algumas reflexões**. III CONEDU *Congresso Nacional de Educação*, João Pessoa- PB, s.d. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA12_ID5667_16082015182409.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

SOARES, L.J.G.; PEDROSO, A.P.F. **Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 251-268. out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kjw6ycd5qY688cL3Hh6JmKf/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun.2021

OBSERVATÓRIO do PNE. 9 - **Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos**. Site. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/alfabetizacao-e-alfabetismo-funcional-de-jovens-e-adultos> . Acesso em: 09 abr. 2022.

OBSERVATÓRIO do PNE. 10. **EJA integrada à Educação Profissional**. Site. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/eja-integrada-a-educacao-profissional> . Acesso em: 09 abr. 2022.

OLIVEIRA, I. A. de. **Filosofia da Educação: reflexões e debates**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

XAVIER, Cristiane Fernanda. **História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades**. *Revista Brasileira de História da Educação*, Alfenas - MG, v.19, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/mZx7pP7TQFrm7vf63TJgkmr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 jun.2021.

_____. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 09 abr. 2022.